



Produção de subjetividades, vigilância e mídia: continuidades e rupturas da disciplina e do controle

Production of subjectivities, surveillance and media: continuities and ruptures of discipline and control

Heriton Vinícios Serrão Silva¹³

Monalisa Pontes Xavier¹⁴

Resumo

A sociedade de disciplina (FOUCAULT, 1987) e a sociedade de controle (DELEUZE, 1992), são conceitos que ganham corpo nas discussões sobre produção de subjetividades e mídia. Estudar a produção de subjetividades e a mídia nos levam a discutir sobre os jogos de forças diversos que buscam homogeneizar os modos de pensar, fazer e viver (SILVA, 2021) por meio da disciplina e do controle na vigilância. Levando em conta que a disciplina nasce de uma problemática moderna e o controle de uma problemática contemporânea, este artigo visa a identificar rupturas e continuidades entre esses conceitos, por meio de uma revisão de literatura crítica. Perceberemos, na pesquisa, que outros conceitos importantes surgem, na medida em que desenvolvemos a discussão.

Palavras-chave: Produção de subjetividades; Sociedade de disciplina; Sociedade de controle; Mídia; Revisão de literatura crítica.

Abstract

Production of subjectivities (GUATARRI AND ROLNIK, 1996), society of discipline (FOUCAULT, 1987) and society of control (DELEUZE, 1992), are concepts that take shape in our times when different games of forces are perceived that seek to homogenize the modes to think, do, live (SILVA, 2021). Knowing that the media are great producers and reproducers of subjectivities, this article aims to identify some ruptures and continuities of discipline and control from the perspective of the production of subjectivities and social networks, through a critical literature review. We will notice in the research that other important concepts emerge as we develop the discussion.

Keywords: Production of subjectivities; Discipline society; Control society; Social networks; Critical literature review.

13 Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) pela linha de pesquisa Culturas, política e significação. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (PPGCOM/UFPI). Especialista em Comunicação Organizacional Estratégica pela Universidade Maurício de Nassau e em Psicologia Social e Antropologia, pela Faculdade Metropolitana de São Paulo. Licenciado em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (2012). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Estácio de São Luís (2017). Bolsista CAPES, pertencente ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Identidades e Subjetividades da Universidade Federal do Piauí (NEPCIS)- UFPI/CMRV e ao Grupo de pesquisa sobre corporalidades, imagem, linguagens, semiótica e metodologias (PPGCOM/ UFRGS). heritonvinicios@live.com

14 Doutora em Ciências da Comunicação pela UNISINOS (2014). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Ceará (2009), mesma instituição pela qual é graduada em Psicologia (2005). Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFPI. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS) e da Liga Acadêmica de Saúde Mental Piauiense (LASMENPI). Linha de pesquisa: Mídia e Processos de Subjetivação. Interesse pelos estudos sobre processos de subjetivação, com ênfase em populações em situação de vulnerabilidade. Atuou como profissional de saúde mental e atualmente supervisiona estágio junto ao CAPS ad e à população em situação de rua no município onde atua - Parnaíba - PI. monalsiapx@yahoo.com.br

Resumen

La sociedad de disciplina (FOUCAULT, 1987) y la sociedad de control (DELEUZE, 1992) son conceptos que toman cuerpo en las discusiones sobre la producción de subjetividades y medios. Estudiar la producción de subjetividades y los medios nos lleva a discutir los diferentes juegos de fuerzas que buscan homogeneizar las formas de pensar, hacer y vivir (SILVA, 2021) a través de la disciplina y el control en la vigilancia. Teniendo en cuenta que la disciplina nace de un problema moderno y del control de un problema contemporáneo, este artículo tiene como objetivo identificar rupturas y continuidades entre estos conceptos, a través de una revisión crítica de la literatura. Notaremos en la investigación que otros conceptos importantes emergen a medida que desarrollamos la discusión.

Palabras clave: Producción de subjetividades; Sociedad de Disciplina; empresa de control; Medios de comunicación; Revisión crítica de la literatura.

INTRODUÇÃO

A vigilância e a produção de subjetividades são temas que vêm se cruzando desde a modernidade, como aponta a produção intelectual de Michel Foucault, quando tratou sobre a sociedade disciplinar. Na contemporaneidade, em consequência do desenvolvimento de diversas tecnologias de vigilância, passou a ser tema de pesquisas em todo mundo. Hoje, no Brasil, ganham destaque as estudiosas Fernanda Bruno, Paula Sibília, Suely Rolnik, dentre outros pesquisadores que se dedicam a estudar tal universo.

Falar sobre vigilância e produção de subjetividades, hoje, exige grande atenção e flexibilidade, pois tais temas encontram-se interligados à produção tecnológica, que a cada mês vem criando e/ou aprimorando as formas de comunicar, socializar e viver, incentivadas pelo modo de produção capitalista, presente em quase todo o planeta. Mas também homogeneizando os modos de pensar, fazer, viver em detrimento de uma disciplina/controla sobre os corpos (SILVA, 2021). Isto é, a discussão sobre subjetividades e vigilância acompanha as mutações temporais, espaciais, culturais, tecnológicas, políticas e sociais, apresentando rompimentos e permanências, possibilitando a conversação entre pensadores modernos e contemporâneos.

O conceito de sociedade de disciplina é adotado por Foucault para diagnosticar fenômenos sociais presentes na modernidade. A sociedade de controle é um conceito adotado por Deleuze para diagnosticar fenômenos sociais presentes no período pós-moderno/contemporâneo. Porém, neste estudo, perceberemos a existência de ambos conceitos ao tratarmos sobre a produção de subjetividades e a mídia.

Assim, este artigo tem como objetivo traçar um percurso teórico em que partiremos de uma discussão sobre a produção de subjetividades, depois estudaremos os conceitos de disciplina e controle, a fim de identificar rupturas e continuidades entre a sociedade de disciplina e a sociedade de controle sob a ótica da produção de subjetividade e mídia, por meio de uma revisão de literatura crítica.

SUBJETIVIDADES COMO PRODUÇÃO CAPITALÍSTICA E MÍDIA

Poderíamos iniciar falando sobre “o que é subjetividade”, porém tal conceito só ganha corpo quando o compreendemos como uma produção social. Isto é, não podemos falar de subjetividade como algo centrado no indivíduo, muito menos discutir este tema vinculando-o estritamente ao domínio íntimo de cada indivíduo, como comumente referimos quando falamos sobre “o meu ou o seu subjetivo”.

A subjetividade não é algo inerente e de posse de cada ser humano, mas o atravessa, à medida em que ele tem contato com outros indivíduos e as diversas máquinas de subjetivação presentes na sociedade. Para aclarar esses pensamentos, recorreremos inicialmente a Nikolas Rose (2001) e sua “genealogia da subjetivação”, a partir da qual compreende a subjetividade como “produção histórica e cultural”. Em seus escritos, discorre que estrutura cognitiva, personalidade, identidade, caráter, etc. são invenções linguísticas para atribuir ao ser humano uma dimensão de interioridade que se opõe à exterioridade. O autor problematiza essa concepção de dimensão de interioridade.

Rose (2001, p. 36) discute que os “dispositivos de ‘produção de sentido’ – grades de visualização, vocabulários, normas e sistemas de julgamento – não são produzidos pela experiência; eles produzem a experiência”. Portanto, entende-se que há uma variedade de esquemas externos ao sujeito que têm pautado as formas de compreender e viver a existência como seres humanos. Ele entende que o sujeito é uma construção histórica, social e cultural, sendo que essa construção não diz respeito à história da pessoa, mas às práticas, segundo as quais cada ser humano se relaciona consigo mesmo como “eu”.

Rose (2001) dialoga com Michel Foucault (2009) no tocante ao seu estudo sobre sujeito e poder. Para Foucault (2009), o sujeito é fruto das relações de produção econômicas e políticas, assim, identificando que a sua construção é histórica e estabelecida por relações de poder. Ele compreende também que o sujeito é livre, mesmo em meio a essa dinâmica de dominação, ou seja, ele concebe o sujeito como sujeitado às técnicas disciplinares, dentre os quais estão os dispositivos de poder do governo, da igreja, do mercado, das clínicas, etc. Em outras palavras, o sujeito é resultado de processos de subjetivação e de sujeição (FOUCAULT, 1982).

Guattari e Rolnik (1996) compreendem as subjetividades como um processo de produção do qual participam múltiplos componentes e esses componentes são agenciamentos de vários elementos presentes nos mais variados domínios de produção possíveis, isto é, práticas, discursos, linguagens, valores, ideias e sentidos. Para eles a “subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (1996, p. 31). Dessa forma, a produção de subjetividade não é estanque, mas incessante e essencialmente fabricada e modelada no registro social.

Soares e Miranda (2009, p. 416) concordam com os autores acima, ao afirmarem que “todos os sujeitos e coletivos humanos, institucionalizados ou não, com maior ou menor grau de instrução e de conhecimento tecnológico, são produtores de subjetividade”. Assim, os processos de subjetivação estão ancorados nas instituições, na linguagem, na tecnologia, na ciência, na mídia, no trabalho, no capital, na informação, entres outros espaços, meios sociais, grupos, etc, sendo múltiplos e heterogêneos.

Soares e Miranda (2009) argumentam que a produção de subjetividades é construída por meio de diferentes dispositivos maquínicos, os quais permeiam a vida de cada pessoa. Afirmam que cada sujeito possui seus meios de modelação de subjetividade, haja vista os grupos que estão vinculados e as máquinas/dispositivos aos quais tem contato, por meio dos “agenciamentos coletivos de enunciação”.

Os agenciamentos coletivos de enunciação são entendidos como agentes discursivos, materiais e semiológicos de coletivos sociais (grupos, entidades, etc.). Como exemplos, temos os agenciamentos escolar, judicial, familiar, militar, midiático, médico, entre outros. Argumentar a favor dos agenciamentos coletivos de enunciação é substituir a concepção de um sujeito individualizado da enunciação, assim, entende-se que a subjetividade como processo se desfoca da ideia de sujeito e foca-se a ideia de coletivo. Para Guattari e Rolnik (1999), os agenciamentos coletivos de enunciação são um concerto polifônico de vozes, devires imperceptíveis, mutações afetivas e outras sensibilidades. “Não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados” (p. 31).

Apontam também que todas as “pessoas e grupos pequenos ou grandes” produzem subjetividades:

De uma maneira mais geral, dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também místicas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ela se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões. (...) poder-se-ia inferir daí que todos os seres humanos, adultos, crianças, idosos, homens e mulheres, assim como todos os grupos sociais, sejam eles grupos de oração, amigos conversando ou megacorporações bancárias e midiáticas, produzem processos de subjetividade (ou subjetivações) (SOARES; MIRANDA, 2009 p. 416).

Assim, os autores compreendem que a produção de subjetividades acontece tanto por meio de grupos, instituições, etc., como das pessoas em geral. Assim, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos são produtores de subjetividades, como também são atravessados por subjetividades produzidas a partir das tensões que ocorrem entre o eu, as diversas subjetividades que os atravessam e os diversos dispositivos de subjetividades demasiados distribuídos no social.

A produção de subjetividades no contexto ocidental atual, me leva a debater sobre o capitalismo e suas implicações, das quais Félix Guattari e Suely Rolnik chamam de produção de subjetividades capitalísticas.

Ao refletirmos sobre a produção de subjetividades dentro de um contexto contemporâneo ocidental, notamos a sua conexão ao cenário cultural-econômico-político, assim, ao sistema econômico vigente, o capitalismo. O capitalismo é um sistema econômico baseado na legitimidade dos bens privados, livre concorrência e acúmulos de bens. Defende o liberalismo financeiro na tentativa única de fazer circular dinheiro e riquezas. Dessa forma, cria dispositivos de poder e sujeição com objetivo de fazer funcionar dinâmicas de consumo.

Na medida em que compreendemos o capitalismo como o principal fio condutor da política e da economia do ocidente, é possível também perceber suas implicações à produção de subjetividades neste lado do planeta. A respeito disso, Guattari e Rolnik (1996, p. 16), em “Micropolíticas: cartografias do desejo”, destacam a produção de subjetividades como “capitalística”:

O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, que eu chamaria de “cultura de equivalência” ou de “sistemas de equivalência na esfera da cultura”. Desse ponto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de

equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. E quando falo em sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para a produção e o consumo de bens. É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo das mais-valias econômicas: ela está também na tomada de poder da subjetividade.

Os autores asseveram que a produção de subjetividades se encontra inexoravelmente ancorada em atravessamentos capitalísticos, ou seja, todas as máquinas ou dispositivos que asseguram a manutenção da cultura política e econômica gerida pelo liberalismo e consumismo. Quando discutimos sobre subjetividade estamos debatendo sobre as repercussões simbólicas do capitalismo para a vida social dentro de uma perspectiva de produção maquínica, industrial e em escala internacional, ou seja, como afirmam Guattari e Rolnik (1996, p. 26): “consideramos a produção de subjetividade como sendo a matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas”.

Guattari e Rolnik (1996) percebem que essa produção de subjetividades constrói indivíduos normatizados, como afirmam:

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos: indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão. (...) não somente uma produção de subjetividade individualizada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente (p. 16).

Guattari e Rolnik (1996) entendem que a produção de subjetividades na modernidade tem a “cultura de massa” como grande agenciadora de indivíduos cada vez mais normatizados/padronizados/sujeitados, assim, compreendem que essa cultura produz subjetividades individualizadas e homogêneas. Salientam também que essas afetações estão centradas “no próprio coração do indivíduo, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (p. 26).

Sobre isso, Miranda (2005) afirma que a sociedade contemporânea tem as tecnologias midiáticas como grandes dispositivos de produção de subjetividades:

A mídia, ao mesmo tempo que proporcionou a possibilidade de novos encontros, através de sons e principalmente de imagens, constituindo uma certa democratização de informação e conseqüentemente do saber, trouxe uma homogeneização de valores, de padrões, de costumes, bem como de subjetividades (MIRANDA, 2005, p. 30).

Miranda faz avançar essa discussão quando aponta a mídia como importante vetor de subjetivação e acrescenta que ela tem sido grande responsável pela homogeneização dos modos de ser, das subjetividades.

O contexto temporal estudado por Guattari e Rolnik (1996) ainda não tem presente a internet, que passa a ser amplamente propagada a partir do ano 2000, século XXI. Em sua pesquisa, eles percebem esse potencial de subjetivação ancorado às mídias utilizadas na segunda metade do século XX, isto é, a tevê e o rádio, que têm grande repercussão na vida das pessoas, por meio da publicidade e de outros meios estratégicos promotores do consumo e controle estatal, pois só o Estado e os grandes empresários tinham poder sobre o conteúdo mostrado nessas mídias nesse período.

O que observamos atualmente é a evolução do que Guattari e Rolnik (1996) já conseguiam perceber com o advento da tevê e do rádio. Com a internet, porém, há inúmeras formas de promoção de homogeneização de subjetividades, haja vista que mais da metade do planeta tem acesso à internet, isto é, 4.3 bilhões de pessoas, e 3.2 bilhões são usuários assíduos das mídias sociais.

Hoje, em tempos de cibercultura, especialmente por meio das tecnologias de comunicação e informação, o estudo sobre a produção de subjetividades se torna muito mais complexo e amplo. Por meio das redes sociais, *sites*, *blogs*, etc. é possível que o usuário, além de consumir, também tenha participação na criação de conteúdo e compartilhamento de informação. Por meio dessa suposta democratização dos meios de comunicação, associada a um desgoverno do conteúdo consumido na internet e a educação pública deficitária, é possível que os corpos sofram mais intensamente modulações, sendo ligeiramente atravessadas por diversas subjetividades. O advento e repercussão das *fake news* são exemplos notórios dos desencontros presentes aí.

Dessa forma, compreendemos que todas as máquinas ou dispositivos, dentre os quais podemos citar a mídia, a economia, as religiões, as universidades, os grupos, etc., atendem a um “sistema” que visa, de certa forma, a disciplinar e controlar a vida social, pautando modos de ser e de viver homogêneos atrelados à mercantilização e o consumismo.

Ao levarmos em conta o universo de questões que permeiam esses temas, buscaremos, por meio de Foucault (1987), Deleuze (1992) e Bauman (2013), debater brevemente os conceitos de disciplina e de controle. Através deste debate poderemos iniciar as reflexões sobre os traços desses conceitos na atualidade, sob a ótica da mídia/vigilância.

SOCIEDADE DE DISCIPLINA E O PANÓPTICO

Nesta seção, nos reportamos novamente a Foucault (1987), mas, desta vez, no tocante ao seu discurso sobre “sociedade disciplinar”. Esse filósofo dedica grande parte de sua obra ao estudo das relações de poder e percebe a grande predominância de sociedades disciplinares do Estado Moderno.

Ao problematizar a sociedade disciplinar, Foucault (1987) compreende que as instâncias hierárquicas sociais – em especial o Estado – dentro do panorama moderno e europeu, concentram olhares sobre a sociedade com o objetivo de disciplinamento. Em suas palavras:

O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema de exceção ao de uma vigilância generalizada, assenta numa transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina durante os séculos XVII e XVIII, a sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação daquilo a que, de uma forma geral, se poderia chamar sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 160).

Para chegar a essa compreensão, Michel Foucault faz uma análise histórico-crítica das formas de disciplinamento social e encontra pistas importantes nos modelos de punição criados pelos governos ocidentais da Idade Média à Moderna.

Na Idade Média, o governo utilizava mais especialmente o espetáculo e a punição sobre o corpo como forma de disciplinamento social. Em “Vigiar e punir” (1987), Foucault apresenta uma narração em

que um personagem é castigado e morto em praça pública em meio à multidão, retrato do que acontecia naquele período. Mas na modernidade, a exemplo do sistema arquitetônico prisional panóptico, “desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal” (FOUCAULT, 1987, p. 13), quer dizer, Foucault relata que nesse período as repressões penais deslocaram-se para a prisão, conferindo uma “punição restrita à alma” (1987, p. 13), por meio do isolamento e da repressão sobre os corpos infratores

O panóptico ou pan-óptico (que significa visão-total) é um termo utilizado para designar o modelo arquitetônico prisional concebido pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, em 1785, que se tratava de um edifício em forma de círculo, em que, no meio, existia um pátio com uma torre no centro. Este anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior e no topo da torre havia um “possível” vigilante que podia ver todas as cabines/prisoneiros e não poderia ser visto pelos prisioneiros, graças ao *design* engenhoso dessas janelas.

O modelo de vigilância identificado no panóptico, de acordo com Foucault (1987, p. 156), induzia ao detento “um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”. É sob essa percepção que Foucault conseguiu identificar que o governo cria dispositivos de poder que têm como objetivo a disciplina. O padrão de disciplinamento moderno, instaurado por meio do dispositivo de vigilância panóptico, passou a ser um vetor de subjetivação na medida em que tal olhar (invisível) gerava um poder eficaz na aplicação da ordem.

Assim, o olho do poder produz visibilidade total dos corpos, assegurando uma vigilância constante, global e individualizante. Atua organizando o espaço, ordenando o tempo, atinge os indivíduos, seus corpos, seus gestos, seus comportamentos, seus desempenhos cotidianos. Para Foucault (1987), no dispositivo panóptico havia a eficácia na atuação do poder na gestão de uma multiplicidade de homens, tão eficaz quanto se gerisse apenas um só homem. Tratar-se-ia de uma visibilidade universal, um poder rigoroso e metucioso, invisível e inverificável, um aparelho de desconfiança total e circulante. Assim, produzia uma dívida infinita no interior dos indivíduos, que interiorizavam a vigilância e continuamente pensavam o que deviam ser e fazer. A vigilância é interiorizada e passa a ser realizada pelo próprio indivíduo em virtude do peso do olhar sobre si. A imersão em um campo de visibilidade total sob a vigilância constante do olhar do vigia da torre, do outro e do seu próprio olhar impediria o indivíduo de agir fora da norma estipulada.

Portanto, na contemporaneidade há algumas transformações que fazem com que se inicie um debate sobre sociedade de controle e abre discussões sobre um possível deslocamento do dispositivo de vigilância panóptico como pode ser visto abaixo.

A SOCIEDADE DE CONTROLE E O PÓS-PANÓPTICO

Na contemporaneidade, destaca-se um “possível fim” da sociedade disciplinar e o despontar de uma “sociedade de controle”, na visão de Gilles Deleuze (1992). De acordo com o filósofo, a sociedade de controle avança a perspectiva disciplinar quando propõe que as instituições sociais (escola, universidade, hospitais, família, igreja...) possuem esse poder de controle sobre as formas de viver e que essas instituições interligam-se, mesclam-se e adaptam-se para garantir uma continuidade na dinâmica de controle sobre a vida, como nas palavras dele: “como uma moldagem auto-deformante que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudam de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Deleuze (1992) busca atualizar a perspectiva moderna do pensamento de Foucault para as novas discussões trazidas pela contemporaneidade, permeada pela globalização e por novas tecnologias de comunicação, como o computador surgidos no fim do século XX. Mas qual a diferença entre a disciplina e o controle?

Esse filósofo compreende que na sociedade de controle o poder disciplinar não ocorre individualmente, pois os núcleos disciplinares, instituições, se fundem, isto é, tais instituições compartilham entre si suas dinâmicas de sujeição, por meio dos outros meios e formas de viver na sociedade midiaticizada e globalizada. Assim, as instituições entraram em crise como dispositivos disciplinares, ganhando novos formatos, como Araújo (2006) explica ao apontar as crises do hospital, da escola e da prisão. Ele destaca a contribuição da internet e de outras tecnologias:

Na crise do hospital, por exemplo, nos deparamos com outras formas assistenciais não restritas ao confinamento como os hospitais-dia, os atendimentos a domicílio, a setorização. Uma nova medicina, “sem médico nem doente”, que resgata doentes potenciais e sujeitos a risco, que de modo algum demonstra um progresso em direção à individualização (...). “A nova medicina” que, da mesma forma, se exorciza à sua circunstancial razão de ser – médico e paciente – para fazer circular discursos sobre nutrição, longevidade, ideais de corpo e de saúde, verdadeiros discursos com força de lei moral que são lançados pelas redes midiáticas e que fazem com que cada um vigie a si mesmo continuamente (não importa onde nem quando) e se avalie de acordo com critérios alheios. Na crise da escola, observamos a circulação e a interação com outros veículos de conhecimento, como programas de educação à distância, a mediação do computador nas novas relações de ensino/aprendizagem, como também a presença cada vez mais comum dos infundáveis cursos de formação permanente (...). Nas prisões, teríamos desde a adoção das chamadas penas “alternativas” ou “substitutivas” até a utilização de coleiras eletrônicas que obrigam o condenado a permanecer em determinados locais em certas horas e possibilitam localizá-lo em qualquer lugar quando necessário (ARAÚJO, 2006, p. 2-3).

Tais mudanças trazidas pelas tecnologias, principalmente pela internet, influenciaram nos discursos sobre a sociedade de vigilância. Na contemporaneidade a vigilância continua presente, porém muito mais ampla que na modernidade. Bauman (2014) é um dos autores contemporâneos que tratam sobre o tema, porém sua perspectiva se faz um pouco distinta de Foucault e Deleuze.

Bauman (2014) acredita que existe uma variação do panoptismo. Ele entende que o modelo panóptico mesclou-se com o modelo sinóptico, dando origem ao “pós-panóptico”, quer dizer, a vigilância se configura não só de um ou poucos vigiando muitos, ou de muitos vigiando poucos, mas de muitos que vigiam muitos e que também são vigiados pelos quais vigiam, numa vigilância intensa e consentida.

Bauman (2014) utiliza o seu conceito-chave, modernidade líquida, para refletir a perspectiva “pós-pan-óptica”, vista como “vigilância líquida”. Ele compreende que a vigilância deixa-se caracterizar pela liquidez e fluidez, em que desloca os âmbitos da disciplina para uma servidão voluntária. Podemos ver isso por meio das redes sociais, por exemplo. Lá as pessoas cedem-se à vigilância, ao passo que a consomem:

Tal como eu vejo, o pan-óptico está vivo e bem de saúde, na verdade, armado de músculos (eletronicamente reforçados, “ciborguizados”) tão poderosos que Bentham, ou mesmo Foucault, não conseguiria nem tentaria imaginá-lo; mas ele claramente deixou de ser o padrão ou a estratégia universal de dominação na qual esses dois autores acreditavam em suas respectivas épocas; nem continua a ser o padrão ou a estratégia mais comumente praticados. O pan-óptico foi tirado de seu lugar e confinado

às partes “não administráveis” da sociedade, como prisões, campos de confinamento, clínicas psiquiátricas e outras “instituições totais”, no sentido criado por Goffman (Bauman, 2014, p. 42).

Autores do nosso século, assim como Bauman (2014), têm elaborado discussões importantes sobre vigilância contemporânea. Esses autores – Paula Sibilía (2008), Fernanda Bruno (2013), entre outros – debatem sobre as emergentes formas de vigilância atreladas às tecnologias de visibilidade e ajudarão a compreendermos mais detalhadamente as continuidades e as rupturas que ocorrem entre a disciplina e o controle e entre a vigilância moderna e a contemporânea.

CONTINUIDADES E RUPTURAS ENTRE A DISCIPLINA E O CONTROLE

No tocante à vigilância da atualidade, Bruno (2013) tem uma posição equivalente a de Sibilía (2012), ao afirmar que “tanto o espetáculo quanto a disciplina, em suas formações modernas, são decisivos para compreender os regimes de visibilidade e vigilância contemporâneos, ainda que uma série de diferenças tenha se produzido entre um tempo e outro” (BRUNO, 2013, p. 14). Isto é, ela busca também na disciplina dados para seu estudo.

Bruno (2013) defende a existência de uma “vigilância distribuída”, ao invés de um pós-pan-óptico. Para ela, a vigilância distribuída:

Trata-se de uma noção operatória, que não pretende ser uma definição acabada, mas uma via de exploração, entendimento e problematização de um processo que está em andamento e que envolve uma série de tensões. A vigilância é assim analisada em sua contingência histórica e social, visando a sua atualidade. Mas o que confere tal atualidade, lembremos, não é simplesmente o pertencimento histórico ao presente, mas principalmente o seu caráter problemático, isto é, o fato de a vigilância se recolocar como um problema que mobiliza nossa atenção e reflexão. Vigilância distribuída é, justamente, uma noção que tenta responder a esta reinscrição da vigilância como problema no presente (Bruno, 2013, p. 19).

Percebemos que Bruno (2013) não busca se ancorar em uma visão única sobre vigilância, percebendo-a como uma contingência histórica, cultural e social. Assim, a vigilância de hoje estaria registrada em tensões entre a vigilância disciplinar moderna e os dispositivos de vigilância contemporâneos (controle). Para a autora, não existiria um pós-pan-óptico, pois ela não percebe a ampliação das práticas e dispositivos de vigilância como uma “hipertrofia do panóptico”, diferente do que foi visto em Bauman (2014):

Supor que se trata simplesmente de uma intensificação implica perder de vista algo essencial: as mudanças mais importantes se passam não tanto na intensidade da vigilância, mas no seu modo de funcionamento, que se encontra em muitos aspectos bastante distanciado do modelo panóptico. (...) os atuais processos de vigilância só podem ser entendidos se levarmos em conta que as ações que os constituem são distribuídas por diferentes setores cujos interesses e perspectivas são múltiplos e não obedecem a nenhum princípio unificado (BRUNO, 2013, p. 25).

Entender a vigilância hoje como “distribuída” está também na reflexão de que, por meio dos inúmeros dispositivos presentes, tal vigilância não se detém somente ao Estado/governo, mas possui vários agentes dependendo de qual vigilância está se falando e do contexto a qual ela se insere:

Esta não seria, assim, centralizada num indivíduo e numa interioridade, mas sim um processo transindividual, coletivo e distribuído entre múltiplos agentes, humanos e não humanos. Esta perspectiva inspira a noção de vigilância distribuída, que se espalha por muitos e diversos agentes, tecnologias, contextos, práticas, sem constituir uma atividade ou processo unificado que possa ser plenamente atribuído a intenções ou prescrições de um centro de ordenação ou controle. (...) deste modo, o termo vigilância distribuída pretende designar tanto um modo de funcionamento da vigilância quanto o seu pertencimento ao contemporâneo, indicando em ambos os casos que tanto as vias de captura quanto as vias de escape passam por este caráter distribuído, e não por um exterior qualquer que lhe faria oposição (BRUNO, 2013, p. 26).

Ao levar em conta todas as transformações e complexidades da vigilância hoje, preferimos nos deter mais a Bruno (2013), porém é importante valorar as particularidades que são apresentadas por Bauman (2014). Percebemos que, em sua teoria, não se refuta a existência de continuidades, por isso, tal entendimento vem a calhar pois nos dá uma visão mais ampla.

Na contemporaneidade, os conceitos sobre vigilância ganham realce mediante as tecnologias de fotografia e vídeo. Em primeiro momento, no século XX, surgem as câmeras de segurança distribuídas nas repartições públicas, semipúblicas e particulares, funcionando 24 horas por dia. A proposta dessas câmeras de segurança/videovigilância era e ainda é precaver o roubo, a violência e, não obstante, colher informações específicas sobre o comportamento das pessoas, assim como intimidar comportamentos, ou seja, uma forma de vigilância social, que busca também conduzir os indivíduos à disciplina e ao controle, garantindo as regras de conduta sobre os corpos.

Fernanda Bruno (2013) discute sobre as atuais “máquinas de ver” que, de acordo com ela, se estabelecem através dessas câmeras de vigilância, tevê, satélites, *blogs*, *sites*, redes sociais virtuais, etc., a saber, “da integração de câmeras de fotografia e vídeo a dispositivos móveis de comunicação (telefones celulares, *laptops*, *palmtops*) associada à profusão de plataformas digitais de compartilhamento de conteúdo audiovisual” (BRUNO, 2013, p. 7).

Essa profusão de máquinas de vigilância e/ou de visibilidade, caracterizam a sociedade contemporânea como um período marcado pelo ver e ser visto, em que se destacam o consumo e a produção de imagens em massa:

No âmbito das práticas cotidianas do ver e do ser visto, a proliferação de reality shows na televisão (no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000) e de práticas de exposição e narrativa do eu na Internet nos levaram a interrogar as topologias que aí se redesejavam: do público e do privado; da intimidade e da sociabilidade; da interioridade e da exterioridade. (...) tornou possível uma ampla circulação de imagens de toda ordem, produzidas por uma multidão diversificada de indivíduos nos contextos e nas condições mais distintas (BRUNO, 2013, p.7).

Percebemos que a pesquisadora compreende que as máquinas de ver têm grande repercussão sobre as subjetividades contemporâneas. Em outras palavras, compreende que essas máquinas também produzem modos de ser. A autora argumenta que na contemporaneidade ocorre uma mudança na tópic da subjetividade, onde se destaca uma redefinição de público/exterioridade e de privado/interioridade. Ela explica isso destacando dois importantes deslocamentos em torno da subjetividade:

O primeiro diz respeito a uma reconfiguração topológica da subjetividade, cujo foco de investimentos e cuidados se deslocam da interioridade, da profundidade e da opacidade para a exterioridade, a aparência e a visibilidade. Deste modo, uma subjetividade exteriorizada vem se sobrepor a uma subjetividade interiorizada cuja topologia, delimitada na modernidade, era atrelada à introspecção e à hermenêutica. O segundo deslocamento, vinculado ao anterior, concerne a mudanças no estatuto do olhar do outro. Mudanças que reconfiguram as fronteiras entre público e privado, especialmente em ambientes comunicacionais marcados pela exposição do eu (BRUNO, 2013, p. 56).

Bruno (2013) assegura que as subjetividades estão inclinadas a uma tópica de “exterioridade”, pois há uma incessante vigilância sobre o privado e o íntimo, ao que destacamos os *realitys shows* em que a vida cotidiana (muitas vezes de pessoas comuns) se torna espetáculo, ou mesmo o uso das redes sociais, onde as pessoas criam perfis sociais em que compartilham suas intimidades com pessoas, muitas vezes, desconhecidas. A discussão se passa em torno de uma funcionalidade da subjetividade em um momento moderno, em que o olhar passou a atravessar integralmente o ser humano – olhar vigilante – e a subjetividade como interioridade, lugar do íntimo e do secreto, passou a se constituir como lugar de resguardo.

De acordo com Bruno (2013), na contemporaneidade, não mais se vive segundo uma organização panóptica, pois as tecnologias de vigilância se microcapilarizaram, passando a se constituir segundo modelos em que todos se vigiam mutuamente de diversas formas possíveis. Dessa forma, o olhar adquire outro estatuto e os sujeitos se disponibilizam livremente ao olhar do outro, passando a pautar suas existências nos enodamentos do olhar/visibilidade, gerando uma espécie de autovigilância que posso sugerir como a continuação do olhar do outro – olhar subjetivado. Paula Sibilia, sobre isso, destaca que a nossa existência é atrelada ao estar à vista, em que o eu é validado pelo outro, a saber, olhar de reconhecimento do outro ajuda a deslocar o eu da interioridade psicológica (SIBILIA, 2016).

Bruno (2013) percebe dois importantes vetores do regime de visibilidade moderno: a disciplina e o espetáculo, que se renovam, hoje, em novas táticas do ver e do ser visto, repercutindo de diferentes formas na subjetividade “tanto nos circuitos de controle e segurança quanto nos circuitos de prazer e entretenimento” (BRUNO, 2013, p. 53). Esses dois vetores de subjetivação atravessam diversos meios de comunicação em que podemos destacar as redes sociais virtuais, que também vemos como vetores de subjetivação/produtores de subjetividade. Entende-se, portanto, que os mecanismos capitalistas de produção de sentido, que vão dos produtos tangíveis aos simbólicos, podem ser vistos como vetores de subjetivação, na medida em que pautam “modos de ser”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de sociedade de disciplina, sociedade de controle e produção de subjetividades nos ajudam a entender sobre a realidade, ao passo que conseguimos identificar traços da disciplina e do controle presentes em nosso dia a dia. A mídia reúne várias máquinas que ajudam na produção e reprodução de subjetividades, mas entendemos que o processo ultrapassa as fronteiras da internet, adentrando vários outros espaços e contextos.

Este artigo ajudou a identificar algumas rupturas e continuidades da disciplina e do controle em nossos dias, porém podemos identificar muito mais por meio de um estudo de campo e/ou mesmo

consultando outras pesquisas, haja vista a contemporaneidade do tema e, assim, o grande número de pesquisas que tratam sobre o universo. Sobre isso, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí incentiva pesquisas sobre o tema, por meio da linha de pesquisa Mídia e Produção de subjetividades. Esta pesquisa é parte de uma pesquisa mais ampla, recentemente apresentada a este programa (SILVA, 2021).

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. São Paulo: Zahar, 2014.
- BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. **Vigilância e visibilidade: Espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013. 190 p.
- DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Conversações: 1972- 1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FOUCAULT, Michael. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.
- _____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Machado, R. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Impasse pós-moderno e transição pós-mídia**. Folha de São Paulo, Folhetin n. 479, São Paulo, p. 2-5, 13 de abril de 1986.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MIRANDA. Subjetividades: a (des)construção de um conceito. *In*: JOBIM E SOUZA, Solange (org.). **In: Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? *In*: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 34-57, 2001.
- SIBILIA, Paula. “Você é o que Google diz que você é”: a vida editável, entre controle e espetáculo. *In*: **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 42, p. 214-231, 2018.
- _____. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, 286p.
- _____. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 222 p.
- _____. **“Oshowdoeu” [áudio completo]**. *In*: TVBOITEMPO. Christian Dunker e Paula Sibilia na Flip 2016. Youtube, 4 de jul. de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FfJkQ8XH01M>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- SILVA, Heriton Vinícios Serrão. **Subjetividades Instagramáveis, cartografias da Autovigilância no Instagram**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em comunicação da Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2021.